



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

### ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

#### PRESIDÊNCIA CLEVER MACHADO/ INTERINO FÁBIO CÉSAR COSTA

Aos 16 dias do mês de novembro do ano de 2023 ocorreu em formato virtual a Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial- CONEPIR. Link da reunião: <https://teams.microsoft.com//meetup-> Presentes os conselheiros (as): **Clever Alves Machado**, (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); **Erika Martins** (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); **Nayara de Castro Dias** (SECULT); **Ciro César de Carvalho** (SES); **Ana Beatriz Rodrigues** (SES); **Anna Karla Ribeiro da Silva** (SEAPA); **Elzelina Dóris dos Santos** (SEE); **Fábio César de Araújo Costa** (SEJUSP); **Fernanda Alves Batista** (SEDESE/Esporto). **Adjanir Silva** do Movimento Unificado Negro de Divinópolis; **Makota Kidoialê** representante da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango; **Ana Luísa Evangelista da Silva** representando Indômita Coletiva Feminista; **Jaime Eduardo Cohem** representando a Federação Israelita; **Wellington Nunes da Silva** (Babá Padrinho) representando o Morhan; **Maria Eunice Ferreira Gama** representando Fundação Conscienciarte; **I - Justificativas dos conselheiros ausentes:** Fátima Cristina Pinto (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); Elzelina Dóris dos Santos (SEE), Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues (SEDE); Dep. Macaé Evaristo (ALEMG); Valdinalva Barbosa dos Santos representante da Associação Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos; Geraci Pereira Barbosa (Vovó Ana); Paixão Sessémeandê da Rede Afro LGBT MG (segmento da Comunidade LGBTQA+ negra). **II - Convidados:** Ana Rita Pereira (CDH); Diane D'arc de Souza representando a Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango, Carlos Alberto Alves da Silva, LGBT fobia, Paracatu; Valkiria La Rocha, Diretora Estadual de Políticas de Diversidade; Pai Rafael Xangô. Povos tradicionais – Montes Claros. **III - Suporte Técnico:** Gislene Teixeira Ramos e Judite Rezende técnicas da Secretaria Executiva CONEPIR, Wallison Francisco Gomes (CTIC/CDH/SUBDH). **IV - Verificação do quórum:** Às 14h10min, o presidente Clever verifica se há quórum e pede a técnica Gislene Ramos que faça a leitura dos nomes dos conselheiros presentes e após, a leitura dos nomes dos conselheiros que justificaram ausência. O Presidente Clever informa que está com problemas no áudio e pede ao conselheiro Adjanir para conduzir a reunião. O Sr. Adjanir dá continuidade a reunião com boas vindas a todos (as) e coloca para aprovação a Ata da reunião plenária ordinária do dia 18 de Outubro de 2023 que foi aprovada sem ressalvas, em seguida aprovação da pauta da reunião; **V - Pauta:** **1. 14h15 às 14h30** - Verificação de quórum; **2. 14h30 às 14h45** - Aprovação da Ata da Reunião Plenária Ordinária do dia 18 de outubro de 2023; em seguida aprovação da pauta da reunião; **3. 14h45 às 15h00** - Retomada da criação da comissão para organizar o processo eleitoral do CONEPIR. (art. 51, §1º, §2º e art. 53, do regimento Interno); **4. 15h00 às 15h20** - Efetivação de Políticas Públicas para Juventude Negra e LGBT-fobia; - Carlos Alberto Alves da Silva; **5. 15h20 às 15h40** - Apresentação da **Diretoria Estadual de Políticas de Diversidade** - Walkíria La' Rocha; **6. 15h40 às 16h00** - Apresentação do Plano de Trabalho de Desenvolvimento das Ações voltadas para os Povos Tradicionais de Matriz Africana - Pai Rafael Xangô. Pauta Aprovada. O conselheiro Fábio se inscreve para fazer uma ponderação sobre a pauta da retomada da criação da comissão eleitoral. Ele diz que os atuais mandados tem duração de até seis anos, conforme a lei, o decreto, o regimento interno do CONEPIR e Edital anterior. Considerando que os atuais representantes da sociedade civil foram indicados

formalmente no Diário Oficial em junho de 2022, os mandatos vencerão somente em junho de 2028. Sendo assim, não faz sentido formar comissão de processo seletivo nesse momento. A secretaria executiva ficou de verificar com o Presidente sobre a discussão desta pauta e ficou acordado que na próxima reunião seria esclarecido. O conselheiro Adjanir deixa mensagem no chat que está sem áudio e não tem condições de prosseguir conduzindo a reunião. A secretaria executiva sugere que se eleja outro (a) conselheiro (a) que esteja com o áudio funcionando para dar continuidade a plenária. O conselheiro Fábio se propõe em dar continuidade e prossegue para próxima pauta – efetivação de Políticas Públicas para a juventude negra e LGBT-fobia. O convidado Sr. Carlos se apresenta, diz morar em Paracatu e vai falar da pauta específica LGBT – Fobia, ou seja, sobre violências sofridas pela população LGBTQIA+, em Paracatu. Diz que faz parte do COMPIR- Conselho Municipal de Igualdade Racial, representando o segmento Diversidade e também está como membro da Casa Sandrele, Centro de Acolhimento de LGBTQIA +. Segundo ele, em Paracatu como em outras cidades do Brasil há muita dificuldade para essa população, visto que todos os crimes cometidos por homofobia, por LGBT – Fobias não são colocados no Boletim de Ocorrência, o que atrapalha muito em obter dados de quantas ocorrências foram feitas através de denúncias de homofobia. A polícia aborda os jovens de forma agressiva, com graves violações de direitos, principalmente no tocante à juventude negra e LGBT. Muitos não fazem a denúncia, e quando tentam fazer, são desmotivados. A população muitas vezes tem medo de fazer denúncias. Alguns anos atrás a morte de um homossexual pelo seu parceiro que o amarrou, jogou álcool e ateou fogo, não foi tratado com crime homofóbico e sim como um crime qualquer. O índice de LGBT fobia e negro em Paracatu é muito alto e nos deixa bastante preocupados. O Brasil é o país que mais mata trans. na América Latina. Temos que buscar pelos nossos direitos, pois somos iguais e a comunidade em Paracatu é muito preconceituosa e tradicional. Tivemos na Câmara Municipal a votação de uma PL justamente buscando apoio na implantação de políticas públicas para população LGBTQIA+, e fomos quase engolidos dentro da Câmara por esta sociedade, com agressões verbais, acuando os vereadores e com isto sentimos muito enfraquecidos, precisamos lutar por essas políticas para garantir nossos direitos, foi muito pesado. Nós temos os nossos direitos violados. O Sr. Clever esteve em Paracatu e conversamos muito sobre este assunto, que é um problema recorrente no Brasil como um todo. Em um evento que tivemos em Paracatu, tive que intervir, pois uma trans. estava sendo agredida verbalmente pelo segurança que veio chamar por reforço porque ela não queria sair do local e eles continuavam sendo super. agressivos. Decidi conversar com ela com toda calma para sair e o segurança ainda veio atrás agredindo e depois me disse que não poderia ter intervindo que eles estavam controlando a situação e eu retruquei que eles estavam violando os direitos da trans. Tivemos também uma festa em que um cara agrediu fisicamente uma trans. até ela desmaiar e ir parar no hospital. Esses são fatos que acontecem quase todos os dias. Eu gostaria juntamente com vocês buscar estes direitos, estas políticas públicas que nos são negadas. Estou aberto às perguntas e muito obrigado. O conselheiro Fábio agradece ao palestrante Carlos e diz que se tratar de um problema brasileiro e que o CONEPIR acolhe estas denúncias. Diz que seria pertinente em dar continuidade para a próxima pauta que será apresentada pela Diretora Estadual de Políticas Públicas de Diversidade, a Sra. Walquiria La Rocha. Neste mesmo instante a conselheira Makota Kidoiale manifesta e diz que o Conselho tem que se posicionar agora sobre esta denúncia gravíssima de violência, racismo, homofobia, LGBT- fobia e violação de direitos humanos enquanto cidadãos de Paracatu. O Conselho de Promoção de Igualdade Racial e nós enquanto conselheiros temos que fazer os encaminhamentos, pois se trata de um racismo institucional, estrutural e também individual e o Conselho tem que se posicionar antes de passar para outra pauta. O conselheiro Fábio diz que não está pulando para a próxima pauta, pois se trata da mesma temática. Temos instancias específicas para o tratamento sobre a homotransfobia em MG que seria a próxima pauta e os encaminhamentos poderiam ser tirados após a fala da palestrante. Peço desculpas e está aberto para as falas das pessoas que se inscreveram. A conselheira Makota pergunta ao Sr. Carlos se o presidente do CONEPIR na época que esteve em Paracatu orientou quais seriam as providências a serem tomadas? O Sr. Carlos disse que conversaram e foi sugerido trazer a problemática para ser apresentada e discutida no Conselho. A conselheira Nayara pede a palavra e que diz que ficou consternada com o relato do Sr. Carlos e que concorda com a fala da conselheira Makota em que o Conselho poderia de alguma forma apoiar a promoção de

igualdade racial e dentro do nosso âmbito de competência discutir os diversos aspectos da importância das políticas públicas. A conselheira Eunice pede a palavra e diz que quando o presidente Clever esteve em Paracatu este assunto foi tratado de uma forma geral e foi aconselhado que trouxemos como pauta para o Conselho para que pudesse traçar medidas e encaminhamentos a nível estadual. Objetivo desta pauta é discutir a importância de políticas públicas sob os diversos aspectos para a efetivação de garantias de direitos fundamentais para a juventude negra, LGBT- fobia, sendo estes os mais afetados pela violência, discriminação e falta de oportunidade ao ingresso no mercado de trabalho, enfim, falta de acesso às políticas públicas e que necessitam de apoio da gestão pública e da sociedade civil. Eu enquanto conselheira, acho necessário analisar se há algum mapeamento entendendo causas, efeitos e formas de combate a essa situação, para assegurar a implementação das políticas públicas voltadas à juventude negra do Estado, tornando imprescindível o papel do Estado como gestor de tais políticas. Não podemos afirmar, contudo, que não existem políticas ou Leis que visem essa diminuição da desigualdade no que se refere à juventude negra, e se existe no governo agenda específica voltada a juventude negra, mas o grande questionamento é a implementação e efetividade de tais políticas públicas. Cito como exemplo: estabelecer políticas de inclusão, criar canal de denúncias, fazer declaração de igualdade, promover treinamentos de diversidade e inclusão, dentre outros. Esta é uma pauta que não vai concluir aqui, ela terá desdobramentos em outras reuniões, devemos estudar melhor e levar as propostas em nível de governo estadual para ser garantido através de Lei e se o que o governo possui pauta específica para tema tem que ser divulgado nas diferentes esferas e implementar a política dentro dos próprios municípios. A conselheira Makota pede a palavra e diz que o que foi colocado pelo SR. Carlos foi violação de direitos de forma absurda e pensar em criar outras Leis sem ter controle e monitoramento do cumprimento delas acho que não é um avanço. Sugiro pensar em educação que é o que está faltando em Paracatu, falta de conhecimento sobre as Leis. Temos que pensar em ações que vão educar junto com o Conselho local e junto com o poder municipal. Temos que chamar a responsabilidade e a gestão do município e com isto uma redução do tamanho destas violências e a própria sociedade local vai compreender que tem pessoas acompanhando as Leis e que irá fazer as denúncias. Temos que pensar em um fluxo em que o Conselho Municipal e o Estadual façam o acompanhamento. Então a primeira coisa é a denuncia a ser feita será através do Conselho Municipal e caberá o Conselho fazer a denuncia em uma delegacia e para além comunicar a gravidade da denuncia e colaborar em conseguir um dialogo entre o Conselho local e o município. Tem que se pensar em um modelo, um programa de educação de socialização para as pessoas que moram em Paracatu. Pensar também em formação para os agentes públicos, educação, saúde com a inclusão do quesito raça, cor, etnia e gênero porque tem Leis que garantem o direito desta população. Cada município tem que se responsabilizar e a educação é um caminho para isto, tem que conscientizar as pessoas, tem que fazer denuncia. Entendo que o papel dos Conselhos é defender, proteger e fazer que se cumpram as Leis e enquanto Entidade, ela tem que mobilizar a população que esta sendo atacada, agredida a fazer a denuncia. O conselheiro Fábio que esta conduzindo à plenária passa a palavra para a conselheira Dóris (SEE) que diz concordar com o que a Makota comentou sobre a educação e vejo a possibilidade de levar esta denuncia para a coordenadora da SRE para encontrar uma forma de encaminhar para SER de Paracatu afim de que haja intervenção. Assumo o compromisso em levar estas denuncias para coordenação. Com a palavra agora a conselheira Erika que diz ser quilombola, trabalha na CEPCT, esta como suplente do Clever no CONEPIR. (Conexão caiu e voltou após alguns minutos). Erika continua, temos a Diretoria da Juventude e temos também a Escola de Formação em Direitos Humanos levando cursos para os municípios, gestores e servidores. Quando se pensa em um jovem negro, quilombola, LGBT, este jovem está susceptível em sofrer violação por vários aspectos. A nossa Escola de Formação em Direitos Humanos oferece vários cursos de formação que são muito bem aceitos nos municípios. Coloque-me a disposição em dialogar com o presidente Clever e depois com as outras Diretorias e se for de interesse do CONEPIR e do município de Paracatu, podemos disponibilizar por meio da Escola De Formação estes cursos virtuais ou presencias para os gestores, servidores municipais da assistência social e outras áreas incluindo também a secretaria regional de educação, com oferta de certificados. Podemos também oportunizar rodas de diálogos com estes jovens para dar mais encaminhamentos para estas denuncias apresentadas. É de grande importância a

participação da Diretora Walkiria de Políticas de Diversidade, cujo trabalho é sobre a questão de violação sofrida pela população LGBT com recorte racial, que irá contribuir para esta discussão. O Sr. Carlos manifesta dizendo que as propostas são validas e que Paracatu precisa desta intervenção. O SR. Fábio passa a palavra para a conselheira Eunice que diz que o COMPIR de Paracatu tem tido algumas diretrizes com relação esta pauta, mas por si só tem dificuldade em trabalhar. O objetivo em trazer a pauta para o Conselho Estadual foi fazer uma ponte para se trabalhar em campanhas diversas em MG. Concordo plenamente com a conselheira Makota em trabalhar com a educação, só que temos que ir mais além, temos que prevenir e combater estes crimes raciais, através da gestão publica e da sociedade civil. Poderíamos fazer um levantamento das Leis que existem para que possamos ter conhecimento e divulga-las para que realmente sejam efetivadas. A minha proposta é primeiro uma conversa com a presidenta do COMPIR de Paracatu de como se encontra esta linha de trabalho e depois encaminhar uma carta para o CONEPIR sugerindo apoio para o encaminhamento e acompanhamento e não deixar que trabalhe esta pauta de uma forma geral para o Estado de Minas. A conselheira Dóris indaga se esta fala constara em Ata ou se o Sr. Carlos tem alguma coisa escrita sobre as denuncias. O Sr. Carlos afirma que não tem nada escrito sobre as denuncias e diz que as pessoas tem medo em se pronunciar sobre o assunto. A técnica da secretaria executiva do CONEPIR confirmou que todos os relatos constarão em Ata e serão disponibilizadas para todos conselheiros. O conselheiro Fábio diz que organizou algumas anotações sobre as propostas de encaminhamentos levantadas em relação a Paracatu: **1) Fazer um diagnóstico: levantamento das Leis e outros dados da Segurança Pública, sobre a temática racismo; 2) Implementar ações: A) Ações na área de educação (letramento racial). A conselheira Dóris irá tratar as ações de educação internamente na SEE/SRE. A conselheira Érika citou sobre a escola de formação em direitos humanos, que pode prestar suporte de capacitação; B) Articulação com a Prefeitura de Paracatu para suporte juntamente com o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial; C) Estabelecer um canal de denúncias; D) Traçar meios para a mobilização da população local sobre a temática de racismo; 3) Monitoramento: fazer o acompanhamento das denúncias.** O conselheiro Fábio diz que gostaria de fazer um adendo. Recentemente o banco de dados da Segurança Publica possui dados sobre o recorte LGBT fobia que poderá servir de subsidio para o diagnóstico. Ano passado foi feito um levantamento de dados sobre racismo em Minas Gerais, que poderá contribuir também. Não sei dizer se em Paracatu existe um grande número destes dados. Alguém mais gostaria de acrescentar outras propostas. A conselheira Makota diz da importância em chamar a Prefeitura de Paracatu para se tenha conhecimento e de quais medidas serão tomada, sem, contudo expor as pessoas que denunciam e também da importância do COMPIR em fazer o monitoramento do fluxo da denuncia e cumprir o papel de mobilizador, articulador com a gestão local. **A proposta de encaminhamento seria notificar a Prefeitura de Paracatu sobre o teor da denuncia para as devidas providencias.** Sabemos que a Lei 10639 e 11645 não vêm sendo cumpridas e talvez a ausência do não cumprimento acarretem em violações de direitos. A conselheira Eunice sugere que através do diagnostico se trace estratégias para o enfrentamento do problema em Paracatu. O conselheiro Fábio pergunta aos conselheiros se as propostas apresentadas serão especificas para o caso de Paracatu ou se serão contempladas a nível Estadual. Houve uma concordância geral em que o encaminhamento seja: **plano de ação discutido primeiramente para Paracatu, e depois, mediante as possibilidades, ampliar para todo o Estado.** O conselheiro interino Fábio passa para próxima pauta que é a apresentação da Diretoria Estadual de Políticas de Diversidade pela sua diretora Walquíria Lá Roche. A Diretora inicia a fala com uma boa tarde a todos (as) e diz que este ano apresentamos o curso em EAD em direitos das pessoas LGBTQIA+ atualizado e disponível e falar também sobre o novo painel LGBTQIA+ da Segurança Publica ampliado e que abrange todos os segmentos da sociedade. Este painel é resultado de um trabalho pioneiro e Inter setorial, com a finalidade em dar transparência aos dados de crimes LGBTQIA+Fobia, bem como subsidiar a formulação de politicas publicas e tomada de decisão referente a esta população. Estou diretora e retornei ao Estado ao final do ano de 2021, e todas as propostas de politicas publicas que foram feitas no governo anterior a este que tive a oportunidade em criar foram desmanteladas. Como exemplo, em 2009 apresentei o Projeto das Alas Especificas voltada a população LGBTQIA+ em situação de crime, que com

desmantelamento culminou com os autos extermínios em serie desta população na penitenciária. Infelizmente as pessoas menosprezam o que acontece com o segmento LGBTQIA+. Hoje temos o apoio das mães pela diversidade. A questão da formação, qualificação e educação, concordo com as conselheiras Makota, representante da comunidade quilombola Manzo e Dóris da Educação e creio que todas as nossas propostas perpassam por esta questão. De volta ao Estado, em 2021 conseguimos um curso em EAD com a Policia Civil, onde 3.000mil pessoas foram capacitadas em 2022 e novamente em 2023 mais 3.000 mil por repetição do curso em EAD. Esses cursos estão à disposição para todo o Estado de Minas Gerais. Focando agora em Paracatu, solidarizo com o Sr. Carlos com toda a questão colocada, com a sua indignação e informo que temos um vídeo de uma campanha educativa de sensibilização que fala exatamente que é crime a violência em desfavor à população LGBTQIA+. Foram convidados diversos artistas para fazer a divulgação que foi vinculada na Rede Minas. Estamos colocando agora nas salas de cinema e nos canais de denuncia para que chegue até a ponta. Nós conseguimos inserir no REDs as nomenclaturas LGBTQIA+ e orientamos que fossem registradas todas as formas de violência e motivação do crime. Com a implantação da Base Integrada de Segurança Publica - Bisp., em meados de 2022 os dados de sexualidade, identificação de gênero e nome social passaram a ser disponibilizados para fins de tratamento e produção de informações, que é uma ferramenta que dá transparência e resultados. Além disto, é importante trabalhar o agente de ponta que irá ouvir a vitima, autuar o agressor e preencher o documento que gerará dados científicos acerca da violência em desfavor ao segmento LGBTQIA+. Em relação a Segurança Publica coube através do Painel LGBTQIA+ dar transparência, divulgar os dados e formular politicas para a este segmento. Agradeço e coloque-me a disposição para trabalhar juntos para uma sociedade melhor. Deixo os meus contatos e os links da campanha "Respeito à Diversidade"- LGBTQIA+fobia é crime e do Painel da Segurança Publica sobre LGBTQIA+fobia. Obrigada. (falha no áudio). O conselheiro Fábio comunica que foram colocados no chat os links mencionados pela Sra. Walkiria. O convidado Carlos pede a palavra e despede agradecendo a oportunidade. O conselheiro Fábio faz o encaminhamento para próxima pauta que é a apresentação do Plano de Trabalho de Desenvolvimento das Ações voltadas para os povos tradicionais de Matriz Africana a ser apresentado pelo Pai Rafael Xangô que inicia a fala agradecendo a oportunidade e diz que sempre foi vitima de intolerância. Apresenta seu currículo e que trabalha como voluntario, formado em mediador de conflitos e idealizou constituir a Câmara Arbitral do Norte de Minas, cuja proposta é trabalhar com a conciliação, mediação em apaziguar conflitos. A Câmara ficará a disposição em fazer a interlocução onde for necessário, contando com uma equipe multidisciplinar e com apoio jurídico. O conselheiro Fábio pergunta que tipos de conflitos que a Câmara atua. O pai Rafael responde que se trabalha com todo tipo de conflito, porque ela é uma empresa jurídica e privada, embora tenha utilidade publica, mas ela pode apaziguar e evitar um desfecho desfavorável. A proposta é buscar solução. A nossa atuação no inicio seria somente na nossa Comarca, mas decidimos expandir para todo o norte de Minas. Vou compartilhar uma apresentação em slide do Plano de Trabalho de Desenvolvimento das Ações voltadas para os povos tradicionais de Matriz Africana - Câmara Arbitral do Norte de Minas. O conselheiro Fábio se propõe a ler os slides projetados. O primeiro slide é a apresentação do currículo do Pai Rafael Xangô. Em sequencia, o outro explica o que é a mediação de conflitos: é um processo pacifico de resolução de conflitos que é utilizada principalmente em casos onde as partes terão contato continuado durante sua vida, como em conflitos de natureza familiar ou empresarial. A proposta é prestar assistência na obtenção de acordos e de modelos de conduta para futuras relações em um ambiente colaborativo em que as partes possam dialogar sobre seus interesses e necessidades. O próximo slide são os objetivos específicos: - aprofundar a participação das lideranças dos povos tradicionais de matriz africana nas práticas de intervenção, potencializar a mobilização e participação social, com intervenções direcionadas para o enfrentamento às violências e a criminalidade e o fortalecimento da mediação, conciliação e arbitragem; - capacitar lideranças dos povos tradicionais de matriz africana e agentes públicos sobre conciliação, mediação e arbitragem; - oferecer aos povos de matriz africana orientação e apoio técnico para organização jurídica das casas tradicionais de matriz africanas; - orientar para instauração de pedidos de certificação das comunidades quilombolas e demais povos tradicionais; - realizar quando solicitado diagnóstico situacional participativo. Pai Rafael fala que

a elaboração destes slides teve a participação dele e da Dra. Cristiane, que é representante jurídica e que ela se baseou do que existe no Estado do Rio de Janeiro. O conselheiro Adjanir pergunta através do chat, quais são os maiores conflitos encontrados. O Pai Rafael responde que ocorrem quando as pessoas são vítimas de intolerância e quando o policial registra no BO coloca que é calúnia ou difamação. Outro caso é quando a pessoa já se encontra a mais de 20 anos no terreiro e aparece um senhor feudal dizendo que o terreno é dele ou de algum herdeiro. Temos muito quilombos aqui ao redor que não tem acesso à alfabetização de qualidade. Estou fazendo um projeto com a Unimontes para trazer escola para eles. Outra proposta seriam também oficinas para os povos de terreiro. Teríamos oficinas sobre direitos sociais, sobre políticas públicas para resgatar a cultura e de acordo com a necessidade termos um diagnóstico para que outras oficinas possam ser criadas. O tipo de apoio que necessitamos seria a divulgação para termos mais legitimidade na atuação local. O trabalho é totalmente voluntário. Temos uma sede própria que se localiza no centro de Montes Claro. O **encaminhamento seria suporte do CONEPIR para divulgação da Câmara Arbitral do Norte de Minas**. O conselheiro Fábio sugere que se elabore o projeto, com definições claras e objetivas, qual a demanda de apoio do que se pretende e depois enviar ao CONEPIR para estudo e posterior decisão. A plenária se manifesta de acordo com o encaminhamento. A conselheira Makota pediu a palavra e disse que na semana passada a SEINFRA publicou no instagram um chamado para as comunidades tradicionais discutir sobre o Rodoanel, porém a forma que ela coloca é chamando os territórios que serão impactados pelo Rodoanel para uma consulta prévia, livre e informada sendo que a SEINFRA é que teria que ir a cada território para fazer a consulta prévia, livre e informada por direito e não nós, povos tradicionais irmos até o Estado fazer esta consulta. Eles nos deram prazo até o dia 08/12 para comparecer ou manifestar. Solicito então, o **encaminhamento que na próxima plenária seja chamado um representante da SEINFRA para prestar esclarecimentos sobre este chamamento público para consulta prévia, livre e informada para construção do Rodoanel, até porque não foi uma divulgação oficial**. Segundo ela, é a SEINFRA que tem que ir até as comunidades individualmente, e não o contrário. Trata-se de mais uma violação de direitos. Agradeço e gratidão a todos vocês. O conselheiro Fábio pergunta se alguém quer fazer considerações. O convidado Pai Rafael agradece e diz que foi muito produtivo os debates. Outros conselheiros manifestam também concordando que a reunião foi bem conduzida. **VIII - Encerramento:** Sem mais a se tratar o Presidente interino Fábio agradece a todos (as) presentes. Horário do termino: 17horas10min



Documento assinado eletronicamente por **Cassia Cristina da Silva, Usuário Externo**, em 14/01/2024, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAIME EDUARDO COHEN ARONIS, Usuário Externo**, em 17/01/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luisa Evangelista da Silva Faria, Usuário Externo**, em 23/01/2024, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara de Castro Dias, Servidora Pública**, em 25/01/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 25/01/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Dóris dos Santos, Servidor(a) Público (a)**, em 29/01/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Érika Soares Martins, Servidora Pública**, em 30/01/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Rodrigues Porfírio, Servidor (a) Público (a)**, em 30/01/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ciro César de Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 30/01/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adjanir Silva, Usuário Externo**, em 01/02/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor(a) Público(a)**, em 01/02/2024, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karla Ribeiro da Silva, Secretária**, em 02/02/2024, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eunice Ferreira Gama, Usuário Externo**, em 09/02/2024, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Alves Batista, Diretora**, em 16/02/2024, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78186439** e o código CRC **1BAA3292**.

Referência: Processo nº 1480.01.0002099/2023-42

SEI nº 78186439